

Bom, não pode, perfeito. Não vamos criar polêmica. Foi presidente, sei disso. Que V. Exa. paute então, amanhã, a urgência. Quinta-feira? Se tem quórum ou não tem quórum é outra coisa. Minha proposta é: pauta, quem é a favor vota, quem é contra vota, quem quer pedir verificação de votação pede, mas nós temos que fazer um acordo para pararmos com essas obstruções e essas discussões. Vamos votar quem é a favor e quem é contra e vamos resolver essas questões. Essa é a minha proposta. Senão, sabem o que vai acontecer? À luz de divergência, nós não vamos conseguir nos entender para votarmos absolutamente nada.

O SR. ALENCAR LULA SANTANA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Foi lembrado o acordo do Colégio de Líderes, eu hoje também participei de parte do Colégio de Líderes, onde celebrou o que ia ser votado e se combinou que as urgências iam ser aprovadas, que ia ter o congresso e que votaria por consenso os projetos que tinham acordo e as divergências também iriam a voto, com as bancadas manifestando sua opinião favorável ou contrária. A primeira parte foi rompida. Qual parte? A votação da urgência.

Não se aprovou a urgência porque se obstruiu, alguém obstruiu. Qual a importância de votarmos a urgência hoje? Nós demoramos mais de quatro horas em algo que se pode votar em menos de dez minutos e não votamos. Mais uma vez repito: se houver vontade política nós votamos hoje. E mais, presidente: se houver vontade política nós não só votamos a urgência, fazemos também o Congresso de Comissões. É possível o item entrar na pauta da segunda extra, ser aprovada a urgência em plenário. É possível se suspender a segunda extra, as comissões se reunirem, a deputada Analice tem um projeto importante também. O Congresso de Comissões também iria se reunir, dar o parecer do item e deixar o projeto pronto para, simplesmente, ir a voto na semana que vem.

São dois passos importantes que podem ser feitos hoje, basta querermos. Porque, senão, na semana que vem, vamos voltar à estaca zero. Vamos voltar rediscutindo a urgência, todo o debate. Pode ser novamente quatro horas, para depois aprovar a urgência, para depois fazer o congresso, para depois votar o projeto.

Presidente, um apelo: coloquemos, na segunda extra a urgência. Suspendemos a sessão, fazemos o congresso, e deixamos os projetos, não só esse, como o da Analice e outros, prontos para serem votados na semana que vem.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Querem crucificar Vossa Excelência. Quais são os seis deputados que foram fotografados junto ao pessoal? Digam os nomes deles. Digam os nomes dos deputados que têm acordo com os pecuaristas. Digam os nomes deles, eu quero saber os nomes deles.

O que está acontecendo, Sr. Presidente? Querem porque querem transformar V. Exa., não em um herói, mas em um vilão. Não concordo com isso, porque foi feito um acordo. Foi feito o Regimento, que existe para ser cumprido.

Quero indagar, agora, a honrada bancada do PT e as pessoas que alegremente conversam em plenário como se fossem resolver o fim da fome, não é, deputado Tripoli? O fim da miséria. Vossa Excelência ri. Gosto da doçura do seu sorriso, deputado Tripoli, mas não resolve. Não acaba a fome, não acaba a miséria. (Manifestação nas galerias.)

Olha aí, Sr. Presidente. É isso aí. Eles não querem votar nada, Sr. Presidente. As pessoas da PEC ficaram um ano e meio aqui e não falaram uma palavra contra ninguém. Um ano e meio, as pessoas da PEC ficaram aqui, respeitando todos os deputados. Agora chegam essas pessoas hoje e já querem entrar dirigindo ônibus, cobrador de ônibus, e passageiro ainda? Sr. Presidente, Sr. Presidente, requeiro o levantamento da sessão por questão de ordem pública, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado...

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Para terminar, indago se os projetos acertados, que não tiveram culpa da questão da urgência, os do Judiciário, vão ser aprovados, ou vão ser usados de maneira delinqüencial para extorquir, de V. Exa., a pauta da urgência na segunda extra?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Eu gostaria de dizer que, devido a todo o ocorrido, vou convocar um congresso de líderes, um Colégio de Líderes extraordinário, para que possamos repactuar as nossas atuações. Acho que não tem condição de Assembleia, neste momento, fazer qualquer outra aprovação antes que os líderes sentem e se reúnam.

Devido a esta posição, atendendo ao pedido do deputado Campos Machado, está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 22 horas e 13 minutos.
* * *

28 DE JUNHO DE 2018 90ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: DOUTOR ULYSSES
Secretaria: MARCO VINHOLI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão. Dá boas-vindas a alunos do curso de Direito da Faculdade Politécnica de Campinas - Policamp - SP, acompanhados da professora Ana Clara Vianna Blaauw, a convite do deputado Fernando Capez; e aos participantes da Delegação Chinesa da Federação Brasileira de Intercâmbio China-Brasil. Convoca os Srs. Deputados para duas sessões extraordinárias: a primeira a realizar-se hoje, às 19h; e a segunda a ter início dez minutos após o término da anterior.

2 - CARLOS GIANNAZI

Chama atenção para a compra das universidades Anhembi Morumbi e FMU pelo grupo americano Laureate, controlado por fundos de investimento. Denuncia que com a nova gestão, que, a seu ver, visa ao lucro, houve demissão em massa de professores e mudanças na carga horária e base curricular dos cursos. Tece críticas à reforma trabalhista.

3 - MARCO VINHOLI

Crítica programa proposto pelo governador Márcio França que dispõe sobre a concessão de bolsa-auxílio a jovens que irão prestar serviços de apoio ao cidadão nas ruas. Considera que o recurso seria mais bem investido na Cultura e em outras áreas sociais do Estado. Opina que a medida tem caráter de campanha eleitoral.

4 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, repudia repressão a estudantes da Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Unesp, em movimento a favor de Educação Pública de qualidade.

5 - VITOR SAPIENZA

Elogia a atuação parlamentar do deputado Marco Vinholi. Solicita a publicação no "Diário Oficial" de artigo do jornal "O Estado de S. Paulo" sobre a PEC 5. Chama atenção para a morosidade na concessão de certidões em órgãos públicos do Estado para civis. Cita sistema utilizado pela Polícia, que expede certidões mais rapidamente. Requer uma solução para o problema.

6 - MARCO VINHOLI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

7 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Anota o pedido.

8 - LECI BRANDÃO

Saúda os visitantes presentes nas galerias. Lembra que hoje é comemorado o Dia do Orgulho LGBT. Chama atenção para o fato de que relações homoafetivas são tratadas como crime em diversos países. Presta solidariedade à pré-candidata do PCdoB à presidência da República Manuela D'Ávila, a seu ver, desrespeitada no programa Roda Viva, da TV Cultura. Manifesta-se favorável a projeto de lei que proíbe o transporte marítimo e fluvial de animais para abate.

9 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Dá boas-vindas a alunos do curso de Direito da Faculdade das Américas - FAN e alunos da Unicsul-SP, acompanhados pelo Sr. Wilson Batista Mello.

10 - LUIZ CARLOS GONDIM

Discorre sobre a dificuldade de marcação de cirurgias no estado de São Paulo. Anuncia que fora liberado o projeto de construção da alça de acesso entre a Rodovia Ayrton Senna e o distrito industrial do Taboão, na região de Mogi das Cruzes.

11 - CARLOS GIANNAZI

Retoma denúncia de demissão em massa de professores das universidades Anhembi Morumbi e FMU, compradas pelo grupo Laureate. Registra a presença de alunas da Universidade Anhembi Morumbi, que se manifestaram prejudicadas pela medida.

12 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

13 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Defere o pedido. Saúda as alunas da Universidade Anhembi-Morumbi presentes em plenário. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 29/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão extraordinária, hoje, às 19h, e de sessão solene dia 29/06, às 10h, para a "Outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao Padre Rosalvino Morán Vinayo". Levanta a sessão.

* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.
* * *

O SR. PRESIDENTE – DOUTOR ULYSSES - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convído o Sr. Deputado Marco Vinholi para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – MARCO VINHOLI – PSDB - Procedo à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Esta Presidência tem a grata satisfação de dar as boas-vindas, em nome de toda a Assembleia Legislativa, aos nossos visitantes do curso de Direito da Faculdade Politécnica de Campinas - Policamp, acompanhados pela professora Ana Clara Vianna Blaauw, a convite do nobre deputado Fernando Capez.

Comunicamos também a visita dos participantes da delegação chinesa da Federação Brasileira de Intercâmbio China-Brasil, acompanhados pelo Sr. Yang Su. Sejam todos bem-vindos. (Palmas.)

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

* * *
- NR - A Ordem do Dia para a 36a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 29/06/2018.

* * *
O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Nos mesmos termos, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

* * *
- NR - A Ordem do Dia para a 37a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 29/06/2018.

* * *
O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, quero saudar todos os alunos e professores do curso de Direito, de Campinas. Sejam bem-vindos. Falando de Educação e de universidades públicas e privadas, tenho uma série de denúncias para fazer contra o que vem acontecendo em duas universidades privadas de São Paulo, tanto na FMU como na Anhembi Morumbi, que foram compradas pela Laureate, que é uma universidade americana controlada por fundos de investimento. Ou seja, se nós já reclamávamos que a Educação tinha se transformado em mercadoria hoje no Brasil, agora piorou a situação.

Agora virou investimento, e essa Laureate comprou tanto a Anhembi Morumbi, já há um tempo, quanto a FMU, e eles estão para garantir o lucro rápido e fácil dos investidores, que nem moram no Brasil, estão nos Estados Unidos. Eles estão destruindo essas faculdades e demitindo em massa professores. Demissão em massa de professores.

A Anhembi Morumbi está demitindo agora 90 professores, a FMU está demitindo 66 professores, e a FIAM, 20 professores. Sem contar as outras demissões já feitas, que nós denunciamos exaustivamente na Assembleia Legislativa.

Eles se aproveitam agora da nefasta reforma trabalhista que o Temer fez contra os trabalhadores brasileiros, e o primeiro setor que está sendo atingido é o setor da Educação, que são as escolas privadas, que estão tentando acabar com a convenção coletiva, mas as universidades privadas saíram na frente já, com a famosa demissão em massa de professores.

Então, um absurdo, e eles estão demitindo professores qualificados, professores com doutorado, com mestrado, professores com pós-doutorado. É um absurdo, porque eles demitem em massa e contratam professores com salários menores, pagando um salário muito inferior ao que eles pagavam para esses professores qualificados, e isso não é só uma afronta aos professores, mas também aos alunos, porque com isso cai a qualidade de ensino.

Além disso, também temos muitas reclamações dos alunos, que tiveram já a carga horária reduzida dos seus cursos, isso no meio do processo, sem que houvesse autorização. Os alunos não foram consultados, e houve uma redução drástica da carga horária de disciplinas, mudança da grade curricular. Isso constava no contrato quando o aluno ingressou numa dessas universidades.

O que mais me estranha, Sr. Presidente, é que tudo isso é com o apoio do poder público, com o apoio do MEC, porque o MEC não fiscaliza nada nem ninguém, o MEC está a serviço do lucro dessas empresas, dessas universidades. O MEC se curva aos interesses desses grupos econômicos que estão controlando as nossas universidades privadas, a Laureate, a Kroton também, que controla outras tantas faculdades privadas. Esses grupos mandam e desmandam, inclusive no governo federal e no próprio Ministério da Educação, e no próprio Conselho Nacional de Educação. Não há controle, nós estamos à deriva.

Ou seja, o MEC, que tem a obrigação de defender os professores e os alunos, está defendendo muito mais os lucros desses investidores e dos donos dessas faculdades, do que a Educação e os docentes e discentes.

É muito grave o que está acontecendo. Eu acabei de protocolar, na semana passada, dois requerimentos aqui, convocando o representante da Laureate para depor na Comissão de Educação e na Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho, sobre essa demissão em massa e essa precarização das faculdades, dos cursos, da redução da jornada, do burocratismo excessivo, que prejudica os alunos.

Os alunos não conseguem mais se comunicar com a mantenedora, não conseguem mais levar uma reivindicação, porque eles burocratizaram de tal forma que o aluno só consegue falar com a instituição através de um "0-800".

Então, é um absurdo total. Então, Sr. Presidente, eu quero reafirmar isso. Nós estamos acompanhando esse desmonte, esse sucateamento, essa degradação que está ocorrendo, principalmente aqui em São Paulo, com a FMU e com a Anhembi Morumbi.

Essas faculdades estão demitindo em massa professores, sucateando, degradando, precarizando o ensino, para se preocupar apenas com o lucro rápido e fácil dos investidores, que nem moram aqui no Brasil.

Esses investidores não querem saber de qualidade de ensino, se professor tem mestrado, doutorado, nada disso, se o aluno está aprendendo ou não. Eles querem dinheiro, lucro, aumentar os investimentos que fizeram nessa Laureate, que comprou agora a Anhembi Morumbi e a FMU. Isso tinha que ser proibido. Se o Brasil fosse um país sério, ele jamais entregaria as suas universidades para grupos de investimento. É muito sério isso.

A Assembleia Legislativa tem que atuar. É por isso que eu acionei a Comissão de Educação e a Comissão de Relações de Trabalho. Também estou acompanhando, estou conversando com o Sinpro, que está mobilizado, sindicato dos professores da rede particular de São Paulo, e com a Fepesp, Federação dos Professores do Estado de São Paulo.

Inclusive, agora à tarde haverá uma assembleia no Sinpro com os professores demitidos. Essa é a primeira fase da demissão em massa, depois tem outras. Nós temos informações de que são mais professores demitidos. Esses são os primeiros números que nós estamos recebendo neste momento.

Tudo isso, Sr. Presidente, tem a ver com a reforma trabalhista, que piorou a situação. Se já era grave a situação, a reforma trabalhista acabou com os direitos dos trabalhadores. Trabalhador não vai ter mais direito nenhum. O contrato dos trabalhadores será feito agora através do processo de precarização, trabalho intermitente, pejotização. Nós vivemos a era do fim dos direitos trabalhistas por conta desses ataques que o governo federal tem feito contra os trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos, presidente Doutor Ulysses, querido deputado Carlos Giannazi, plateia da Assembleia, estudantes universitários que visitam esta Casa, deputado Vitor Sapienza, ex-presidente, grande quadro político do estado de São Paulo, um grande amigo e professor.

Tivemos na tarde de anteontem na Assembleia o secretário Maurício Juvenal, do Planejamento, que deu uma série de explicações sobre arrecadação, sobre gastos desse período inicial do governo Márcio França. Além de várias preocupações que eu pude dizer a ele, a nossa preocupação com o Banco Desenvolve SP mudando de Pasta, podendo ter interferência política, abaixando o rate de um banco de fomento do estado de São Paulo, há a preocupação também com a opção do governador pelo programa de asfalto, recapeamento, em detrimento das emendas parlamentares que, muitas delas, são encaminhadas para entidades assistenciais, para custeio da Saúde.

Na "Folha de S. Paulo" de ontem, tive uma preocupação ainda maior, e queria alertar esta Casa e a sociedade paulista. Está prevista, já, na LDO para 2019, talvez a maior proposta do governo Márcio França, dar um auxílio de 500 reais por mês a cinco mil jovens que irão prestar serviços de apoio ao cidadão. Com um programa dessa magnitude, estamos falando de mais de um bilhão de reais, maior que todo o orçamento do Desenvolvimento Social do estado de São Paulo, duas vezes maior que todo o orçamento da Cultura do estado de São Paulo, metade de todo o orçamento do Centro Paula Souza do estado de São Paulo, um recurso impactante para a sociedade.

Isso seria usado para quê? Para ter jovens nas ruas de São Paulo ajudando idosos a atravessar as ruas, prestando primeiros socorros, indicando informações de turismo. Resumindo: fazendo nada. Pergunto: essa é a saída para a juventude paulista? Esse é o modelo de estado que nós queremos aqui, ao invés de investir esse dinheiro em Educação, investir esse dinheiro em Segurança de verdade? Aí vem a desculpa de que esse programa vai cuidar dos jovens de 18 anos, grande parte deles infratores, que acabam gerando outro custo para o Estado. A saída para o estado de São Paulo, no momento em que nós vivemos, é criar uma bolsa para jovens não fazerem nada e ganharem 500 reais, isso às vésperas da discussão de uma eleição? Esse não é o Estado que foi construído pelo governador Geraldo Alckmin até hoje. Nós acreditamos que esse não é o modelo de um estado moderno, que cada vez mais tem que gerar oportunidade para sua juventude e criar empregabilidade através de qualificação, como é a do Centro Paula Souza, com uma grande taxa de empregabilidade.

Quantas vagas em Etecs poderiam ser abertas com esses recursos? O que poderia ser feito na Polícia Civil, que tem uma grande expectativa de valorização? Se formos falar em Segurança, poderíamos usar esse recurso lá. Além disso, toda vez que chega a LDO, nós discutimos que deve ser melhorado o orçamento da Cultura. Deputado Carlos Giannazi, nós vamos discutir muito essa questão na LDO.

Na semana que vem, nós devemos apreciar a LDO, e eu me declaro completamente contrário a esse texto feito pelo governador Márcio França. Nós vamos levar essa discussão a fundo, pois não é possível. Em ano de eleição, cria-se tudo: "Vou criar uma bolsa para todos os jovens no estado de São Paulo e isso vai acabar com o problema de Segurança do estado de São Paulo".

Ora, no estado de São Paulo, a população tem uma tradição de saber muito bem aquilo que de fato é política pública e aquilo que é eleitoral. Vi ontem no jornal "Folha de S. Paulo" que vão iniciar um embrião desse projeto em 29 municípios este ano, para criar uma expectativa e tentar tirar algum proveito eleitoral disso depois.

Nós vamos verificar se isso está dentro da legislação, se é permitido criar um programa novo no ano eleitoral, às vésperas do prazo de convenções partidárias. Também vamos discutir dentro da LDO se não há outra prioridade que não seja montar um curral eleitoral focado na juventude paulista às vésperas da eleição. Com certeza há, e nós vamos debater isso a fundo na semana que vem, na discussão da LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de São Paulo.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu quero fazer uma grave denúncia em relação ao que vem acontecendo na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, em Assis. Os estudantes de lá estão mobilizados defendendo a ampliação da permanência estudantil, a ampliação do investimento na universidade pública e outras bandeiras históricas do Movimento Estudantil que nós todos defendemos.

Esses estudantes estão sendo duramente reprimidos pela reitoria, que inclusive entrou com uma ação na Justiça com pedido de liminar de reintegração de posse do movimento que eles estão fazendo de ocupação de alguns setores, um movimento pacífico dos estudantes. O absurdo é que essa liminar autoriza inclusive o uso da força policial para reprimir os alunos e autoriza ainda uma multa de 10 mil reais diários para sete estudantes.

É um absurdo total o que a universidade vem fazendo com o movimento estudantil em Assis, é uma criminalização que vem sendo ampliada cada vez mais nas nossas universidades, não só em Assis, mas também na Unicamp e na própria Universidade São Paulo. Portanto, nós queremos repudiar essa repressão, essa perseguição e essa criminalização ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Assis.

Sr. Presidente, nós estamos com uma nota de repúdio dos estudantes que eu gostaria de solicitar que seja reproduzida no Diário Oficial do Estado de São Paulo, para que todos tenham a oportunidade de conhecer o teor das gravíssimas denúncias contra o Movimento Estudantil, contra os estudantes que lutam por uma Educação pública de qualidade, por uma Educação que garanta a ampliação da permanência estudantil e para que haja mais investimentos na Educação, que haja contratação de professores e funcionários, que haja uma política de construção de habitação para esses estudantes. Trata-se de um campus de Assis, e os alunos precisam morar em algum lugar. Eu conheço, já fui lá, e sei que tudo é muito deficitário também do ponto de vista da moradia estudantil. Então, todo o nosso apoio aos estudantes da Faculdade de Ciências e Letras e nosso repúdio a essa atitude da reitoria de reprimir e perseguir nossos alunos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo a ler o documento:

"Nota de repúdio à criminalização do movimento estudantil ou em defesa dos "sete odiados"

O Diretório Acadêmico XVI de Agosto da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Assis vem por meio desta expressar seu espanto, indignação e sobretudo seu repúdio veemente contra as últimas medidas repressivas expedidas pela instituição, especialmente pela direção de nossa unidade. A liminar de reintegração de posse utilizada contra nosso movimento estipula uma multa de 10 mil reais diários para sete pessoas, escolhidas por critérios desconhecidos, em caso de "esbulho". Entre eles, alguns são estudantes de permanência estudantil, portanto, comprovadamente em situação de carência socioeconômica. O processo também coloca a possibilidade concreta do uso da força policial do Estado para reprimir com violência, por exemplo, um eventual piquete dos estudantes, configurando uma medida repressiva que só encontra pr em nossa unidade nos tempos da Ditadura Militar.

O nosso movimento de greve luta em defesa da qualidade e do caráter público de nossa Universidade, que estão sendo flagrantemente atacados por políticas irresponsáveis da atual Reitoria. Assim, lutamos pela expansão da permanência estudantil, mas também pela reposição dos quadros docentes e técnico-administrativos, pelo aumento do financiamento de nossa instituição, pelo fim da "PEC do fim da Unesp" (Minuta de Sustentabilidade) e por uma discussão ampla e democrática para solucionar os problemas financeiros pelos quais passamos. Em suma, estamos lutando contra o sucateamento e destruição da nossa Universidade.

Ao demonstrar maturidade e organização, nosso movimento conquistou o apoio de um amplo setor dos funcionários técnico-administrativos, com quem compusemos um ato no centro da cidade, além do apoio na construção de nosso último piquete, deliberado em assembleia da categoria. Também tivemos notas de apoio das diretorias locais dos sindicatos dos docentes e técnico-administrativos (Adunesp e Sintunesp), além de uma nota da Adunesp central. Por fim, vários Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais de Universidades de todo o país se manifestaram em solidariedade ao nosso movimento.

Os estudantes gostariam de reiterar também que a nossa greve - instrumento legítimo e historicamente consolidado de mobilização política dos discentes - esteve desde o primeiro momento aberta para o diálogo com todas as instâncias da Universidade. Foram ao menos duas chamadas para assembleias tripartite, muitos pedidos de reunião com a direção e chefes de departamento, além de inúmeros contatos feitos por meio dos Centros Acadêmicos com dezenas de professores. Ademais, constituímos também uma Comissão de Ética, que sempre buscou solucionar questões delicadas com todas as partes envolvidas, negociando a continuidade das atividades essenciais do campus, como pesquisas e atividades dos laboratórios, entre muitas outras.

Por fim, o próprio piquete realizado pelo Movimento Estudantil que fundamentou a medida judicial contra nós, buscava justamente uma negociação com a direção, reivindicando tão somente a garantia da reposição das aulas após o término de nossa greve e a garantia de não repressão contra nosso corpo. Não obstante, a direção evitou o diálogo até o último segundo. Assim, entendemos que a afirmação da direção e de alguns chefes de departamento de que o movimento se negou ao diálogo não se sustenta. Exigimos uma negociação honesta e a extinção das repressões jurídicas imediatamente.

Não à criminalização do ME! Negociação já!

"Toda vez que um justo grita, um carrasco vem calar!"
O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Nobre deputado, esta Presidência recebe o documento de V. Exa. e o encaminhará à publicação após o seu exame, nos termos do Art. 18, inciso V, do Regimento Interno.

Tem a palavra o nobre deputado Vitor Sapienza.
O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Sr. Presidente, telespectadores da TV Assembleia e acadêmicos que nos honram com sua presença. Isso é muito bom; está na hora de dar uma sacudida na política brasileira, e acredito que a presença de vocês faz com que continuemos ainda acreditando no nosso país.

Caro deputado Marco Vinholi, V. Exa. representa a liderança nova do PSDB. Quero agradecer as suas palavras e dizer que V. Exa. está se saindo melhor do que seu pai. Seu pai foi um bom deputado e bom prefeito, mas V. Exa., com sua postura, tem tudo para ser ainda melhor.

Sr. Presidente, vou dividir meu pronunciamento em duas fases. Primeiramente, nós tivemos, durante um bom tempo, a discussão da PEC 5, que alterou o teto do funcionalismo. Nós ouvimos e sentimos muitas barbaridades ditas não só pelos deputados, como também pela imprensa escrita e falada deste país. A propósito dessa matéria, o "Estado de S. Paulo" publicou, na segunda-feira passada, um artigo de autoria do reitor da Unicamp cujo título é "Universidades e o novo teto do fun-